

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA IFRO
- CAMPUS CACOAL CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

EDSON APARECIDO BARROS

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO AUTISTA NO PROCESSO DE
ENSINO DE GEOGRAFIA: AVANÇOS E RETROCESSOS**

**CACOAL
2025**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RONDÔNIA
CAMPUS CACOAL LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

EDSON APARECIDO BARROS

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO AUTISTA NO PROCESSO DE
ENSINO DE GEOGRAFIA: AVANÇOS E RETROCESSOS**

Trabalho de conclusão de curso na modalidade artigo apresentado à Coordenação de Curso de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, *Campus Cacoal*.

Orientador: Prof^ª. Dra. Edione Teixeira de Carvalho

**CACOAL
2025**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Barros, Edson Aparecido.

Inclusão de alunos com transtorno autista no processo de ensino de Geografia: avanços e retrocessos / Edson Aparecido Barros, Cacoal-RO, 2025.
16 f.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Edione Teixeira de Carvalho.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Cacoal-RO, 2025.

1. Ensino de Geografia. 2. Inclusão escolar. 3. Transtorno do Espectro Autista. I. Carvalho, Edione Teixeira de (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Roseni Santos Rodrigues, CRB-11/916 (Reitoria)

Edson Aparecido Barros
Acadêmico de Geografia - IFRO – Campus Cacoal
BR 435, Km 66, Zona Rural, BR-435, s/n, Cacoal - RO, 76993-000

barros.edson1967@gmail.com

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO AUTISTA NO PROCESSO DE
ENSINO DE GEOGRAFIA: avanços e retrocessos**

**INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISTIC DISORDER IN THE GEOGRAPHY
TEACHING PROCESS: advances and setbacks**

**LA INCLUSIÓN DE ALUMNOS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA EN LA
ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA: Logros y desafíos**

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar o papel da geografia no contexto de inclusão no ensino e aprendizagem dos estudantes com TEA, verificando os avanços alcançados e retrocessos. O procedimento utilizado é uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, os materiais analisados são artigos acadêmicos, teses, revistas científicas e livros que promovem a discussão sobre a inclusão escolar, autismo, geografia e o processo de ensino e aprendizagem de estudantes com TEA. Os resultados obtidos mostraram que desde 1988 a partir da Constituição Federal, foram criadas diversas leis e decretos que garantem o direito a matrícula e permanência de pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular, todas essas leis e decretos representam um grande avanço que só foi possível através de lutas de movimentos sociais e compromissos firmados em ações e eventos internacionais. Observamos que no quesito legal que o decreto que representou aos olhos de muitos como retrocesso foi revogado, no entanto ainda não é o suficiente para que possamos dizer que temos escolas inclusivas de fato.

Palavras-chave: . Ensino de Geografia. Inclusão escolar. Transtorno do Espectro Autista.

ABSTRACT

This article aims to analyze the role of geography in the context of inclusion in the teaching and learning of students with ASD, verifying the advances and setbacks achieved. The procedure used is a bibliographic research with a qualitative approach, the materials analyzed are academic articles, theses, scientific journals and books that promote the discussion on school inclusion, autism, geography and the teaching and learning process of students with ASD. The results obtained demonstrated that since 1988, based on the Federal Constitution, several laws and decrees have been created that guarantee the right to enrollment and permanence in regular schools for people with disabilities. All these laws and decrees represent a great advance that was only possible through the struggles of social movements and commitments assumed in international actions and events. It is observed that, in the legal aspect, the decree that represented a setback in the eyes of many was revoked, however, it is still not enough for us to be able to say that we have truly inclusive schools.

KEYWORDS: Teaching Geography. School inclusion. Autism Spectrum Disorder.

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo analizar el papel de la geografía en el contexto de inclusión en la enseñanza y aprendizaje de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA), verificando los avances alcanzados y retrocesos. El procedimiento utilizado es una investigación bibliográfica con enfoque cualitativo, los materiales analizados son artículos académicos, tesis, revistas científicas y libros que promueven la discusión sobre inclusión escolar, autismo, geografía y el proceso de enseñanza y aprendizaje de estudiantes con TEA. Los resultados obtenidos mostraron que desde 1988, a partir de la Constitución Federal, se han creado diversas leyes y decretos que garantizan el derecho a la matrícula y permanencia de personas con discapacidad en escuelas de enseñanza regular. Todas estas leyes y decretos representan un gran avance que solo fue posible gracias a las luchas de movimientos sociales y compromisos firmados en acciones y eventos internacionales. Se observa que, en el ámbito legal, el decreto que representó un retroceso para muchos ha sido derogado; sin embargo, aún no es suficiente para afirmar que tenemos escuelas verdaderamente inclusivas.

PALABRAS CLAVE: Enseñanza de la Geografía. Inclusión escolar. Trastorno del Espectro Autista.

1 INTRODUÇÃO

Inclusão, apesar de o Brasil ter um vasto arcabouço legal, a prática ainda necessita avançar muito, na constituição Federal de 1988, em seu Art. 208, garante aos alunos com necessidades especiais o direito a criação de programas de prevenção e atendimento especializado, e assistência às famílias responsáveis.

Segundo Karagiannis, Stainback e Stainback(1989), podemos definir educação inclusiva como a prática de incluir todos, não importando quão diferente os indivíduos sejam, em salas de aula onde suas necessidades sejam satisfeitas e respeitadas, ou seja, a inclusão visa o bem estar e o desenvolvimento de alunos que ocupam por direito o ambiente escolar.

Esse é um assunto de grande relevância que nos últimos anos visto que as matrículas de pessoas com autismos vem crescendo de forma acelerada. Segundo o Censo Escolar divulgado em 22 de Fevereiro de 2024 no ano de 2023, haviam 636 mil alunos com autismo no Brasil, em apenas um ano houve um aumento de 48%, visto que no ano de 2022 eram 429 mil o número de matrículas de pessoas com TEA no país.

O Autismo é uma condição do neurodesenvolvimento e pessoas com autismo podem apresentar dificuldades para se relacionar e interagir com outras pessoas e padrões comportamentais restritos e repetitivos, atraso na linguagem e alguns outros problemas linguísticos, como inversão pronominal e ecolalia, bem como obsessão por atividades restritas e manutenção de rotinas, características que variam em intensidade e podem incluir um processamento sensorial atípico, resultando em hiper ou hiposensibilidade a estímulos externos (Marafon, 2024).

Como o autismo ocorre em um espectro, nenhuma pessoa autista é exatamente igual à outra, o que significa que diferentes adequações são necessárias de acordo com cada caso (Mello *et al*, 2013 apud Teodoro; Gdodinho; Hachimine, 2016). A questão é atender os alunos de acordo com suas particularidades sem deixar de atender a classe na sua integridade.

A educação inclusiva não beneficia somente os alunos mais a sociedade como um todo, contudo existem vários fatores que tornam a prática cheia de obstáculos e grandes desafios.

Este artigo visa identificar alternativas que sejam eficientes para apresentar aos alunos uma geografia diferente, onde eles possam enxergar essa disciplina como indispensável para sua formação e, especialmente, para torná-los cidadãos críticos, utilizando informações através de pesquisas bibliográficas, com isso, disponibilizar essas informações à população, professores, instituições públicas e privadas, promovendo subsídio para o planejamento das atividades escolares e auxiliar na implementação de padrões cujo a inclusão seja efetiva, contribuindo para a literatura ao incorporar uma forma de análise.

Portanto, o objetivo deste estudo é analisar o papel da geografia no contexto de inclusão no ensino e aprendizagem dos estudantes com TEA, verificando os avanços alcançados e retrocessos nessa perspectiva, utilizando a pesquisa bibliográfica para subsidiar esta investigação.

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi formulado visando refletir sobre a inclusão de alunos com transtorno autista no processo de ensino de Geografia, assim como observar os avanços ocorridos desde a promulgação da Constituição Federal, assim como averiguar se houve retrocessos neste período.

O procedimento utilizado é uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, os materiais analisados são artigos acadêmicos, tese, revistas científicas e livros que promovem a discussão sobre a inclusão escolar, autismo, geografia e o processo de ensino e aprendizagem de estudantes com TEA.

Para Gil(2008):

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. (...) convêm aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-se cuidadosamente (Gil, 2008).

A primeira etapa desta pesquisa instaurou-se na definição do tema frente ao crescente número de pessoas diagnosticadas com autismo, surgiu o questionamento de como o sistema educacional está preparado para receber essas pessoas, principalmente no que se refere ao ensino de geografia, visto essa pesquisa tratar-se de um trabalho de conclusão de licenciatura em geografia, a principal indagação é como esse ensino está chegando às crianças e adolescentes autistas, elas estão sendo assistidas dentro de suas necessidades, em que avançamos, e em que ainda precisamos de melhorar?

A pesquisa procedeu na busca por obras já publicadas na internet (google academic, google livros, biblioteca virtual, e outros), a pesquisa bibliográfica busca o levantamento e análise crítica dos documentos publicados sobre o tema a ser pesquisado visando atualizar, desenvolver o conhecimento e contribuir com a realização da pesquisa (De Sousa, 2021). Os critérios para a pesquisa foram os seguintes: trabalhos na língua portuguesa tendo por base as palavras chave: Ensino de Geografia, Inclusão escolar, Transtorno do Espectro Autista. Essa pesquisa se embasou em 9 trabalhos, desenvolvidos no período de 2007 a 2024. Os trabalhos analisados

comungam temas como inclusão escolar, desafios no processo de aprendizagem do ensino de geografia visando atender as necessidades dos alunos com autismo, como demonstrado no Quadro 1.

Quadro1- Pesquisa relacionadas ao ensino de geografia para alunos com autismo

<u>Autor</u>	<u>Ano da publicação</u>	<u>Título</u>	<u>Objetivo</u>	<u>Revista que foi publicado</u>
SILVA. Karen Eduarda Carvalho da,	2022	AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR: estudo sobre os desafios no processo de aprendizagem do ensino da geografia	Investigar qual o papel do professor no processo de inclusão de um estudante com TEA na disciplina de Geografia que está matriculado na rede pública de ensino.	Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia - Licenciatura, 2022 repositorio.ufpe.br
SILVA. Jhennifer Natiely Lemos Vieira da,	2022	O ENSINO DA GEOGRAFIA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA PARA ALUNOS AUTISTAS	Compreensão das particularidades que caracterizam os estudantes com TEA, assim como o conhecimento e análise das metodologias utilizadas para o processo de ensino-aprendizagem de alunos autistas durante o ensino da disciplina de Geografia.	Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de LICENCIATURA EM GEOGRAFIA, do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E

				TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, como requisito parcial para a Obtenção do grau em Licenciatura Em Geografia, 2022. repositorio.ifro.edu.br
PINHO. Kevely Silva de,	2024	O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNOS COM TRANSTORN O DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)	Compreender as dificuldades e os desafios no processo de ensino aprendizagem dos alunos com transtorno do espectro autista (TEA) no ensino regular.	Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade do Estado do Amazonas para a obtenção do título de Licenciado em Geografia. repositorioinstitucional.uea.edu.br
SILVA. Herivânia Mendes da,	2022	ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO NO ENSINO COMUM: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA, PARA ALUNOS COM TRANSTORN O DO ESPECTRO	Conhecer quais são as estratégias de ensino utilizadas pelo professor do componente curricular de Geografia, para possibilitar o aprendizado em sala de aula do aluno com Transtorno do Espectro Autista.	Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Geografia. repositorio.ifes.edu.br

		AUTISTA		
DA SILVA BRINCO, Lucian Armindo; WERLAN G, Mauro Kumpfer; BATISTA , Natália Lampert.	2024	ENSINO DE GEOGRAFIA INCLUSIVO: PERCEPÇÃO S, EXPERIÊNCIAS E DEMANDAS	Analisar experiências, percepções e demandas de docentes de Geografia e de alunos com deficiência do município de Restinga Sêca, RS, e de licenciandos do Curso de Geografia da UFSM, sobre os desdobramentos do Ensino de Geografia Inclusivo.	<u>Boletim Paulista de Geografia</u> publicacoes.agb.org.br
DE ÁVILA MELO, Adriany; SAMPALHO, Antônio Carlos Freire..	2007	EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA: PRIMEIRAS NOTAS	Pesquisar sobre importância da produção de recursos didáticos para formação docente na perspectiva inclusiva.	CAMINHOS DE GEOGRAFIA - revista on line http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.htm
DOS SANTOS, Soraia Castro; DA CONCEIÇÃO, Fracilene Sales.	2023	Educação inclusiva e ensino de geografia: prática docente com alunos com deficiência do 8º ano em uma escola municipal da Zona Leste de Manaus – AM	Analisar na perspectiva inclusiva, como o ensino e a formação do pensamento geográfico é compreendido por alunos com deficiência do 8º ano do Ensino Fundamental II de uma escola municipal, localizada no bairro Jorge Teixeira, zona leste de Manaus.	Revista Presença Geográfica, 2023 - portal.amelica.org

NASCIMENTO DA SILVA, Tamara; GOMES, Kamila Jaqueline Cerdeira.	2015	ENSINO DE GEOGRAFIA E AUTISMO: POR UMA PRÁTICA INCLUSIVA.	observação, descrição , registro , interpretação e análise da situação escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, ampliamos o conhecimento teórico sobre educação e inclusão, refletindo criticamente sobre o papel do professor no processo de construção e consolidação da escola regular inclusiva.	falaprofessor2015@agb.org.br
DE LIMA, Élida Cristina da Silva. DA SILVA MOREIRA, Jeferson.	2021	A “NOVA” POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL COMO AFRONTA AOS DIREITOS HUMANOS: ANÁLISE CRÍTICA DO DECRETO Nº 10.502/2020	Analisar criticamente o conteúdo do Decreto nº 10.502/2020, demonstrando suas incongruências e incompatibilidades com as conquistas da educação em direitos humanos no cenário brasileiro, em especial, nas duas últimas décadas.	Revista de Estudos em Educação e Diversidade periodicos2.uesb.br

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, 2024.

Segundo Karagiannis, Stainback e Stainback(1989), podemos definir educação inclusiva como a prática de incluir todos; Marafon (2024) diz que: pessoas com autismo podem apresentar dificuldades para se relacionar e interagir com outras pessoas e padrões comportamentais restritos e repetitivos; Mello *et al*, 2013 apud Teodoro; Gdodinho; Hachimine, (2016) destaca que a questão é atender os alunos de acordo com suas particularidades sem deixar de atender a

classe na sua integridade; Lorna Wing e Judith Gould (1979), Riviéri (1995) foram de extrema importância para os estudos sobre como entender o comportamento do autista em sala de aula, dentre outros pesquisadores que contribuíram para a fundamentação desta pesquisa.

3 O AUTISMO

As primeiras descobertas do diagnóstico para o Transtorno do Espectro Autista (TEA), foi realizada por Hans Asperger (1944), médico e pesquisador que através de suas pesquisas identificou que o transtorno do espectro autista engloba condições neurológicas caracterizadas por um menor ou maior dificuldade nas habilidades de comunicação e linguagem. A partir de então, iniciaram-se pesquisas que foram de extrema importância para entender o comportamento do autista em sala de aula, entre eles, Lorna (Wing e Judith Gould 1979), (Riviéri 1995) dentre outros pesquisadores.

A psiquiatra Lorna Wing contribuiu com o conceito de autismo como um espectro e o termo Síndrome de Asperger, em referência à Hans Asperger. Ela defendeu a luta por melhores condições de atendimento a pessoas com TEA. Considerando que os sintomas do autismo, afetam as pessoas em diferentes graus de severidade. Atualmente, é utilizado o termo níveis de suporte sendo eles representados por estágio 1,2,3, a autora Lorna Wing trouxe uma valiosa contribuição a investigação sobre o autismo em todo mundo.

De acordo com estudos apresentados anteriormente, o autismo se manifesta de forma e nível de suporte diferente de indivíduo para indivíduo. Desta forma, tais singularidades devem ser cuidadosamente consideradas no processo de ensino-aprendizagem, pois nos momentos de aprendizagem, o autista pode apresentar ou não maior facilidade se comparado a outros autistas, bem como a qualquer outra criança (Silva, 2022). A principal questão é não rotular aos alunos visto que independente ser ou não deficiente todos tem seu tempo e suas particularidades que devem ser atendidas e respeitadas.

4 INCLUSÃO

O aluno com deficiência tem direito de ser inserido em instituições de ensino regular juntamente com demais colegas de classe e receber o atendimento educacional especializado considerando as particularidades de cada um, com estratégias pedagógicas diferenciadas, serviços especializados e atividades adequadas, a fim de eliminar todas as barreiras que surgirem ao longo do processo educacional, sem acarretar comprometimento ao seu aprendizado (Brasil, 1988).

Leis, planos, diretrizes educacionais afirmam que todas crianças, com ou sem deficiência tenham o direito de estarem nas escolas. No caso específico da criança ou adolescente com o TEA a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, determina que toda criança tem o direito de ter acesso a educação de base comum, incluindo as crianças que possuem esse transtorno (Brasil, 2012).

Mesmo que as políticas públicas a favor dos alunos com deficiência busquem uma educação para todos, ainda existe, de acordo com Brinco (2021), Silva Neto et al. (2018), a influência na escola de um sistema de ensino excludente. Sobre o que se refere a temática de educação inclusiva, temos um histórico de desafios no Brasil. Durante muito tempo, pessoas com deficiência intelectual tiveram dificuldades de acesso à escola regular comum com estrutura que oferece acolhimento para autistas, atualmente, esse cenário vem passando mudanças positiva.

De acordo com os estudos realizados pela autora (2003, pág.19) constata-se que:

A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais (Mantoan, 2003, p. 19).

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a metodológica voltada para o ensino de geografia deve integrar a diversidade de cada indivíduo que compõem a sociedade, pois “[...] a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais específicas dos alunos.” (Brasil, 1996). Sendo assim, as instituições de ensino devem estar cercadas de condições que possam garantir os direitos de seus alunos oportunizando o aprendizado e a convivência de todos, com ou sem deficiência, sem nenhum tipo de discriminação.

5 DISCUSÃO DE RESULTADOS

5.1 Avanços

Segundo Melo e Sampaio(2007), na construção do desenvolvimento do ensino e

aprendizagem o professor tem papel fundamental, assumindo a função de mediador do saber e utilizar da dinâmica de um pesquisador contribuindo para o desenvolvimento da educação. “O professor de Geografia em sala de aula tem como função potencializar seus estudantes, utilizando todas as formas diversas de expressões para atingi-los. É preciso entender como esses alunos pensam e se sentem em relação à escola e ao espaço em que vivem” (Melo e Sampaio, 2007, p.128).

As pessoas não são iguais, cada pessoa tem seu tempo e forma de aprender, segundo Gardner (1995), a inteligência humana é múltipla e possui diferentes formas de aprender e de se relacionar com o mundo.

Vygotsky (1989), diz que é possível comprovar que mesmo as pessoas com algum tipo de comprometimentos pode aprender, tratando-se de autismos precisamos considerar a singularidade da síndrome, para o ensino de geografia inclusivo existe a necessidade de renovação da prática escolar, bem como o reconhecimento de que a inclusão deve fazer parte da realidade das escolas.

Quanto o ensino para autistas, devemos reconhecer suas dificuldades no processo de aprendizagem: Um autista, criança ou adulto, revela dificuldades próprias na aprendizagem. A percepção sensorial é desordenada, não conseguindo assimilar toda a informação originada pelos sentidos como audição, olfato, paladar e toque. O não compreender dessa informação cria um ambiente adverso, que pode levar a uma perda de controle. (Lopes e Pavelacki, 2003, p. 12).

Quando falamos de educação inclusiva, durante muito tempo, pessoas com deficiência intelectual tiveram dificuldades de acesso à escola regular comum, no decorrer do tempo, esse cenário vem passando por mudanças positivas. O Brasil inseriu oficialmente a Educação Inclusiva na Constituição Federal de 1988, segundo Silva (2022), desde então foram criadas leis importantes que contribuíram de forma bastante positiva para a inclusão, o indivíduo autista é amparado acordo com a legislação brasileira, uma vez que é considerado para todos os efeitos como pessoa com deficiência, porém quando nos referimos especificamente ao autismo, à legislação foi sancionada em 2012, a Lei nº 12.764, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), estabelecendo as diretrizes para sua consecução.

Segundo, Silva (2022) para que aconteça a educação inclusiva é necessário o envolvimento de professores regentes e especialistas, pais, alunos, equipe gestora, pedagógica e comunidade, o professor não terá o manual de como agir, deverá identificar as características de cada aluno, focar em suas potencialidades de forma de inclui-lo no processo ensino aprendizagem.

Silva (2022), observou-se que a forma mais eficaz de ensino consiste na utilização de métodos e técnicas capazes de atrair e reter a atenção de alunos com TEA durante as aulas. Para Santos e Conceição (2023) é necessário que a escola disponha de materiais adaptados para atender as necessidades educativas dos alunos com deficiência, dessa maneira, os professores

terão material de apoio para enriquecer suas aulas. Para Pinho (2024), o professor deve demonstrar paciência e interesse na aprendizagem do aluno, estabelecer rotina, bem como usar diferentes linguagens para abordar os assuntos e estar atento para perceber quais recursos se adaptam melhor para o aluno com autismo, de modo que favoreça a comunicação e a interação dele com os demais alunos da sala.

Contudo, Silva (2022), afirma que o público da educação especial por um longo período foi vítima de uma sociedade excludente, nos dias atuais vem garantindo o seu espaço, quebrando paradigmas, deixando de ser vistas como pessoas incapazes e ganhando um novo olhar, abrindo oportunidades, possibilidades sem deixar de lado suas competências e habilidades.

5.2 Retrocessos

Em foi publicado em 30 de setembro de 2020, o Decreto nº 10.502 (Brasil, 2020) que instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. No entanto, esse Decreto foi revogado pelo Decreto nº 11.370 de 01 de janeiro de 2023, pois representava um grande risco de retrocesso na inclusão de crianças e jovens com deficiência.

Segundo De Lima e et al (2021) essa política tem sido objeto de muitas críticas por partes de pesquisadores, associação de pais de pessoas com deficiência, profissionais da área da educação, dentre outros por apresentar em seu contexto, expressões que já haviam sido superadas nas legislações referentes à educação especial.

Se faz necessário pensar como a educação inclusiva vem sendo desenvolvida nas escolas, considerando a prática de ensino, os métodos e as metodologias de ensino e aprendizagem. Para Dos Santos e et al (2023), precisa-se de escolas que promova a inclusão e não a promoção da exclusão nos espaços escolares, é necessário entender que uma escola inclusiva não é aquela que só recebe alunos com deficiência, mas sim aquela que promove a inclusão, no sentido amplo da palavra.

De acordo com Pontuschka et al (2007), ao falar do espaço educacional e das transições que perpassa o ensino aprendizagem da Geografia diz que é preciso pensar nas concepções e práticas baseadas nos princípios da disciplinaridade, transversalidade e interdisciplinaridade da Geografia com as demais ciências na ruptura de metodologias tradicionais que minimizam o conhecimento.

Trata-se então, de uma opção política do ato de ensinar e aprender. Cabe ao professor fazê-la. Todavia, é um fazer que não é somente a ação individual; pois apesar de começar individualmente, quem trabalha com esta questão logo está também debatendo com a estrutura escolar, porque querendo ou não a escola se constitui em um espaço de poder, e mudar práticas tradicionais de exclusão do diferente não é tão simples quanto se propaga na mídia (Sampaio, 2011, p. 31).

Para Silva (2023), a escola regular tem encontrado dificuldades ao receber alunos com TEA antes mesmo do aluno integrar na sala de aula, para atender esses alunos algumas questões precisam ser consideradas, como: reestruturação do plano de ensino, adaptações de conteúdos, formação de professores, estratégias pedagógicas diferenciadas e serviços especializados.

Segundo Teodoro et al (2016) “A inclusão de alunos autistas no ensino regular ainda é de fato desafiadora, as políticas públicas vigentes não contemplam o quadro geral, para o ensino de aluno com TEA”. Os professores do ensino público ainda não possuem formação adequada para atender aos estudantes autistas, sem falar da auto rotatividade de profissionais e a falta de recursos pedagógicos.

Santos e Conceição (2023) , no que diz respeito ao ensino de Geografia voltada aos alunos com deficiência inseridos em sala de aula regular, ainda estamos bem distante de ter um ensino em que o aluno realmente consiga compreender as habilidades e os conceitos básicos da disciplina, pois infelizmente, algumas questões inviabilizam e comprometem seu aprendizado, tais como :alunos não alfabetizados, falta de material adaptado, professores sem formação para atender esse publico. Nesse sentido, cabe ao professor fazer uso das ferramentas disponíveis para que seu aluno possa se sentir incluído no processo de ensino aprendizagem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi desenvolvida pesquisa bibliográfica que procedeu na busca por obras já publicadas, o método se demonstrou ser uma forma eficaz, especialmente como fonte de dados subsidiando a análise do papel da geografia no contexto de inclusão no ensino e aprendizagem dos estudantes com TEA.

Pela observação dos aspectos analisados é possível concluir que o objetivo proposto foi alcançado, tendo em vista que a pesquisa buscou analisar o papel da geografia no contexto de inclusão no ensino e aprendizagem dos estudantes com TEA, verificando os avanços alcançados e retrocessos. Nessa perspectiva os resultados obtidos mostraram que desde 1988 a partir da Constituição Federal, foram criadas diversas leis e decretos que garantem o direito à matrícula e permanência de pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular, todas essas leis e decretos representam um grande avanço que só foi possível através de lutas de movimentos sociais e compromissos firmados em ações e eventos internacionais, observemos que no quesito legal que o decreto que representou aos olhos de muitos como retrocesso foi revogado, no entanto ainda não é o suficiente para que posamos dizer que temos escolas inclusivas de fato.

As pessoas com deficiências precisam ser reconhecidas como pessoas que têm o direito de ter a oportunidade de aprender, de se desenvolver, de interagir, de perceber que são cidadãos, que fazem parte da nossa sociedade. Promover a inclusão nas escolas não beneficia apenas os

alunos com deficiência, o convívio entre alunos com e sem deficiência favorece o desenvolvimento intelectual e emocional de todos, beneficia ainda o professor que é desafiado todos os dias a apresentar o conteúdo de sua disciplina de forma abrangente forjando assim sua identidade profissional.

No que se refere ao ensino da geografia para alunos com TEA, as metodologias adotadas devem respeitar os aspectos característicos do transtorno, adaptando-se à maneira de se expressar e se comunicar desses indivíduos, a fim de garantir o aprendizado satisfatório na disciplina, é preciso que toda a turma seja contemplada no processo de ensino aprendizagem de modo que os conteúdos estudados possam ser compreendidos por todos.

Diante do exposto, conclui-se que um dos desafios enfrentados pelos professores na atualidade, é saber lidar com as particularidades de cada aluno e promover estratégias de inclusão assumindo novas práticas pedagógicas, sendo o agente facilitador do processo de ensino aprendizagem. Se faz necessário ainda, que a escola disponha de materiais adaptados para atender às necessidades educativas dos alunos, garantindo assim o direito desses adquirirem um ensino significativo e transformador.

7 AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal de Rondônia - IFRO, Cacoal, por todos os conhecimentos proporcionados ao longo do curso de Licenciatura em Geografia, especialmente, à coordenação e a todos os docentes deste curso.

A Prof^a. Dra. Edione Teixeira de Carvalho, minha orientadora, por todo o empenho, paciência e conhecimentos compartilhados, de forma a me guiar cientificamente na realização deste trabalho. Você foi essencial. Muito obrigada.

Ademais, agradeço a todos que me apoiaram neste período de graduação

8 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal da Republica Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em: 18 de outubro de 2024.

BRASIL. Decreto Nº 10.502 de 30 de setembro de 2020. Disponível em:<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-o-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em 13 de outubro de 2022.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado em: 18 de outubro de 2024.

BRASIL. Lei Federal nº.12.764 de 27 de dezembro de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acessado em 18 de outubro de 2024.

BRASIL. Decreto Nº 11,370 de 01 de janeiro de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2023-2026/2023/Decreto/D11370.htm. Acesso em 18 de outubro de 2024.

BRINCO, L. A. S. **Os professores de geografia na perspectiva da educação especial e inclusiva**. Revista Ensino de Geografia (Recife), Laboratório de Ensino de Geografia e Profissionalização Docente (LEGEP) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), v. 4, nº 1, p. 1-15, 2021.

DE LIMA, Élide Cristina da Silva; DA SILVA **Jefferson da Silva Moreira**. A “Nova” Política de Educação Especial como afronta aos Direitos Humanos: análise crítica do Decreto 10.502/2020. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED**, v. 2, n. 3, p. 156-175, 2021.

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

DOS SANTOS, Soraia Castro; DA CONCEIÇÃO, Fracilene Sales. Educação inclusiva e ensino de geografia: prática docente com alunos com deficiência do 8º ano em uma escola municipal da Zona Leste de Manaus–AM. **Revista Presença Geográfica**, v. 10, n. 1, p. 321-342, 2023.

GARDNER, Howard et al. *Inteligência: múltiplas perspectivas*. Porto Alegre: Artmed. 1998. GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1995.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. Atlas, São Paulo, 2002. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Atlas, São Paulo, 2008.

KARAGIANNIS, Anastasios et al. *Fundamentos do Ensino Inclusivo*. In: STAINBACK, William; STAINBACK, Susan. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1989. p.21-34

LOPES, Claudivan Sanches; PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Estudo do meio: teoria e prática. **Geografia (Londrina)**, v. 18, n. 2, p. 173-191, 2009.

LOPES, Daniele Centeno e PAVELACKI Luiz Fernandes. **Técnicas utilizadas na educação dos autistas**. ULBRA/GUAÍBA, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** . São Paulo: Moderna, (Coleção cotidiano escolar) 2003.

MARAFON, Danielle; DOS SANTOS, Vânia Lemos Matozo. AS CRIANÇAS COM AUTISMO E AS VIVÊNCIAS NO JARDIM SENSORIAL. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 18, n. 52, p. 400-417, 2024.

MELO. Adriany Ávela; SAMPAIO, Antônio Carlos Freire. **Educação inclusiva e formação de professores de geografia: primeiras notas. Caminhos de Geografia** - Revista Online, Uberlândia, v. 8, n. 24, p. 124-130. Dez, 2007. Disponível em:<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15622>. Acesso em: 05 setembro. 2024.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. 2007.

RIVIÈRE, Angel. O desenvolvimento e a educação de crianças autistas. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, v.3, 1995.

SAMPAIO, Adriany de Ávela Melo. Trabalhar com o diferente no Ensino de Geografia. In: SAMPAIO, Adriany de Ávela Melo; SAMPAIO, Antônio Carlos Freire (Orgs.). **Ler o Mundo com as Mãos e Ouvir com os Olhos: Reflexões Sobre o Ensino de Geografia em Tempos de Inclusão**. Uberaba, MG, 2011, 292p.

SILVA NETO, Antenor Oliveira; ÁVILA, Éverton Gonçalves; SALES, Tamara Regina Reis; AMORIM, Simone Silveira; NUNES, Andréia Karla; SANTOS, Vera Maria. **Educação inclusiva: uma escola para todos**. Revista Educação Especial: Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 81-92, jan./mar., 2018.

SILVA, Herivânia Mendes da. **Estratégias De Inclusão No Ensino Comum: Reflexões Sobre O Ensino De Geografia, Para Alunos Com Transtorno Do Espectro Autista**. 2023.

SILVA, Karen Eduarda Carvalho da. **Autismo e inclusão Escolar: estudo sobre os desafios no processo de aprendizagem do ensino da geografia**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso.

TEODORO, Grazielle Cristina; GODINHO, Maíra Cássia Santos; HACHIMINE, Aparecida Helena Ferreira. **A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental**. Research, Society and Development, v. 1, n. 2, p. 127-143, 2016.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes. 1989.

WING, Lorna; GOULD, Judith. Severe impairments of social interaction and associated abnormalities in children: Epidemiology and classification. Journal of autism and developmental disorders, v. 9, n. 1, p. 11-29, 1979.